

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PROJETO DE LEI Nº 3.333, DE 2020

Acrescenta parágrafo 9º ao Artigo 9º da Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha.

Autor: Deputado RICARDO BARROS

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.333/2020, de autoria do Deputado Ricardo Barros (PP-PR), altera a Lei Maria da Penha para introduzir parágrafo que dispõe sobre o sigilo das informações constantes dos boletins de ocorrência de violência física ou psicológica contra a mulher.

Na Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado, o PL 3.333/2020 recebeu parecer pela aprovação, de acordo com o texto apresentado pelo relator, Deputado Aluisio Mendes (Republicanos/MA), em 25/08/2021.

Na Comissão dos Direitos da Mulher foi designado como relator o Deputado Fábio Trad (PSD-MS), em 25/10/2021. Com o final da legislatura passada, o Deputado Fábio Trad deixou de integrar essa Comissão.

Em 18/04/2023, recebi a honra de ser designada como relatora do Projeto de Lei nº 3.333/2020.

A matéria sujeita-se a regime de tramitação ordinária e à apreciação conclusiva pelas comissões.

Durante o prazo regimental, não houve apresentação de emendas nesta Comissão.



É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

De forma oportuna, o propósito do Projeto de Lei nº 3.333/2020 é o de proteger a vítima da violência física ou psicológica por meio do sigilo dos dados constantes dos boletins de ocorrência, autos de processos e dados referentes a identidade da vítima.

Trata-se de não permitir que o agressor tenha acesso aos boletins de ocorrência lavrados nas delegacias que receberam a denunciante. Nesse sentido, como forma de resguardar a integridade física e psíquica da vítima e denunciante em situação de vulnerabilidade, o dispositivo que prevê o sigilo dos dados dos boletins de ocorrência e ações judiciais é fundamental.

Portanto, trata-se de iniciativa pertinente para evitar o acesso do agressor aos autos relativos à acusação e, desse modo, aumentar os possíveis riscos para as mulheres agredidas que denunciam, criminalmente, a prática agressiva e violenta, majoritariamente masculina.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do PL nº 3.333/2020, na forma do Substitutivo.

Sala da Comissão, em 23 de maio de 2023.

Deputada LAURA CARNEIRO
Relatora

2023-6102



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

SUBSTITUTIVO AO PL 3.333/2020

Acrescenta parágrafo 9º ao Artigo 9º da Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Artigo 9º da Lei nº 11.340 de 2006, passa a vigorar acrescido do parágrafo 9º, com a seguinte redação:

“Art.

9º

.....

§9º Haverá sigilo absoluto para as informações constantes nos boletins de ocorrência, autos de processos judiciais reveladores da identidade da vítima e demais informações relacionadas à denúncia da violência física ou psicológica, nos casos em que a medida protetiva for indeferida ou que a vítima decide não representar perante a Justiça, não possibilitando ao agressor o acesso aos boletins de ocorrência lavrados nas delegacias ou autos do processo, mantidos em sigilo em qualquer sistema eletrônico da Justiça, incluindo o Processo Judicial Digital (PROJUDI) e os dados das medidas protetivas de urgência arquivadas” (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de maio de 2023.





Deputada LAURA CARNEIRO
Relatora

2023-6102

